



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

## DISTRIBUIÇÃO:

DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos			

Revisão	Proposta	Data	Descrição
0	885-2015	22.09.2015	Criação.

DQA	Brazuna Fontes	CA	João Franco	DGRM	4611/2016/D MA/15-04-16
Elaborado		Validado		Aprovado	



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

1.1	Objetivo.....	3
1.2	Âmbito de aplicação .....	4
1.3	Aprovação e revisão .....	4
1.4	Gestão integrada de resíduos.....	4
2	DEFINIÇÕES, SIGLAS E ABREVIATURAS .....	5
2.1	Definições .....	5
2.2	Siglas e abreviaturas .....	6
2.3	Legislação aplicável .....	6
3	CARATERIZAÇÃO DO PORTO.....	9
3.1	Caracterização do porto comercial de Portimão.....	9
3.2	Caracterização do porto comercial de Faro.....	10
3.3	Dados estatísticos portuários.....	10
4	RECEÇÃO DE RESÍDUOS.....	11
4.1	Descargas obrigatórias .....	11
4.2	Meios portuários de receção de resíduos.....	11
4.2.1	Descrição dos meios portuários de receção de resíduos .....	11
4.2.2	Localização dos meios portuários de receção correspondentes a cada cais por meio de diagramas .....	12
4.3	Tipologia de resíduos .....	12
4.3.1	Resíduos do anexo I (MARPOL) .....	12
4.3.2	Resíduos do anexo IV (MARPOL).....	13
4.3.3	Resíduos do anexo V (MARPOL).....	13
4.4	Receção e recolha de resíduos gerados em navios e dos resíduos de carga ....	14
4.5	Comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de receção.....	18
4.6	Responsáveis pela aplicação do plano.....	19
4.7	Taxas.....	19
4.8	Inspeção e controlo .....	19
4.9	Troca de informações entre portos .....	19
5	ANEXO A - INFORMAÇÃO A NOTIFICAR ANTES DA ENTRADA NOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO. ....	20
6	ANEXO B - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEÇÃO.....	22
7	ANEXO C - FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE ALEGADAS INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEÇÃO .....	24

## **1 INTRODUÇÃO**

A Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por navios, MARPOL 73/78, constitui um marco internacional na regulação da poluição provocada pelos navios e resulta da necessidade de preservar o ambiente humano em geral e o meio marinho em particular, tendo presente que os hidrocarbonetos e outras substâncias prejudiciais lançadas de navios, deliberadamente, por negligência ou acidentalmente, constituem uma fonte de poluição.

Tendo por objetivo primeiro a redução das descargas de resíduos no mar, a União Europeia através da Diretiva 2000/59/CE, incentivou a uma maior e mais eficaz utilização dos meios portuários de receção de resíduos, adequando-os às necessidades dos navios e sem com este procedimento causar atrasos indevidos aos navios.

Esta Diretiva é transposta para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho<sup>(1)</sup>, que determina entre outras diretrizes, que as autoridades portuárias têm de elaborar um Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos (PPRGR), dotar os portos de meios de receção de resíduos adequados às necessidades dos navios que os escalam e a garantir um tarifário a aplicar por estes serviços que não constitua um incentivo à descarga no mar.

Para alcançar os objetivos acima elencados, a Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., possui ou assegura os meios portuários de receção de resíduos nos portos comerciais de Faro e Portimão, para fazer face às necessidades dos navios que escalem ou operem nestes portos, promovendo a recolha seletiva dos resíduos e posterior encaminhando para destino final adequado.

Os utilizadores do porto podem consultar outra informação sobre os portos comerciais de Faro e Portimão e o seu funcionamento, nomeadamente, o Regulamentos de Gestão de Resíduos dos Portos Comerciais de Faro e Portimão e o Tarifário de Equipamentos, Fornecimentos e Gestão de Resíduos dos Portos de Faro e Portimão, disponíveis em [www.apsinesalgarve.pt](http://www.apsinesalgarve.pt).

### **1.1 Objetivo**

O Plano Portuário de Receção e Gestão dos Resíduos para o triénio 2014-2016, abreviadamente designado de PPRGR, foi desenvolvido pela Autoridade Portuária tendo por base o Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de Julho, que regula a instalação e a utilização de meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga provenientes de navios que escalem portos nacionais, alterado pelos Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 de Agosto e Decreto-Lei n.º 57/2009, de 3 de Março.

Os principais objetivos deste Plano Portuário de Recção e Gestão de Resíduos dos Portos Comerciais de Faro e Portimão são os seguintes:

- Garantia do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis;
- Estabelecimento das regras respeitantes à criação e utilização de meios portuários de receção de resíduos;
- Definição das condições que permitam que todos os navios entreguem os resíduos em meios portuários de receção antes de deixarem o porto, salvo as exceções a esta imposição previstas na legislação;
- Aumento da proteção do meio marinho;
- Garantia que as tarifas a aplicar não constituem um incentivo à descarga no mar;



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

- Atribuição de responsabilidades às várias entidades intervenientes no processo, através da definição de procedimentos de gestão dos resíduos

## 1.2 Âmbito de aplicação

O presente Plano aplica-se a todos os navios que escalem ou operem nos portos comerciais de Faro e Portimão, com exceção dos navios de guerra, das unidades auxiliares de marinha e dos navios que, sendo propriedade de um Estado ou estando ao seu serviço, sejam utilizados unicamente para fins de serviço público não comercial.

## 1.3 Aprovação e revisão

O plano é revisto, avaliado e aprovado, pelo menos de três em três anos e sempre que se verifiquem alterações significativas no funcionamento dos portos que o justifique, pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, abreviadamente designada por DGRM, nomeadamente, pela Direção de Serviços de Ambiente Marinho e Sustentabilidade, abreviadamente designada por DSAS, a quem compete aprovar e controlar a execução dos planos de receção e de gestão de resíduos.

## 1.4 Gestão integrada de resíduos

O PPRGR elaborado pela Autoridade Portuária é submetido a consulta dos agentes económicos interessados, designadamente os utilizadores dos portos comerciais de Faro e Portimão ou os seus representantes.

A consulta aos utilizadores do porto, agentes de navegação e outros interessados tem como objetivo assegurar que os meios portuários de receção de resíduos satisfazem as necessidades de quem os utiliza, envolvendo as entidades com interesses no fornecimento dos serviços.

Os utilizadores do porto podem consultar outra informação sobre o seu funcionamento, nomeadamente, o Regulamento de Gestão de Resíduos dos Portos de Faro e Portimão e o Tarifário de Equipamentos, Fornecimentos e Gestão de Resíduos dos Portos de Faro e Portimão – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.. disponíveis em [www.apsinesalgarve.pt](http://www.apsinesalgarve.pt).

Podem ser efetuadas reuniões regulares de revisão como meio de consulta, discutindo-se o plano em vigor, sugerindo-se alterações e melhoramentos.

Podem, também, ser utilizados cartas, questionários, contactos diretos com os agentes, ou outros que se considerem apropriados.

Os utilizadores do porto, os operadores das instalações portuárias ou outros interessados podem, por meio que considerem adequado, efetuar sugestões no âmbito de aplicação do deste plano ou do Regulamento de Gestão de Resíduos dos Portos de Faro e Portimão.

<sup>(1)</sup> Transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva 2000/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Novembro, relativa aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos da carga, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 57/2009, de 3 de Março que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2007/71/CE, da Comissão, de 13 de Dezembro.

## 2 DEFINIÇÕES, SIGLAS E ABREVIATURAS

### 2.1 Definições

Para efeitos do presente plano portuário de receção e gestão de resíduos entende-se por:

**Águas de lastro** – água usada pelos navios para garantir a sua estabilidade e integridade em termos de estrutura, sendo essencial para a segurança e eficiência dos navios;

**Águas de porão** – águas contaminadas provenientes das cavernas dos navios;

**Águas sanitárias** – águas residuais de navio coletadas das instalações sanitárias (lavabos, urinóis, sanitas e banhos), das instalações de cuidados médicos, de espaços contendo animais e ainda outras águas residuais quando misturadas com as atrás referidas;

**Armazenagem** – a deposição temporária e controlada, por prazo indeterminado, de resíduos antes do seu tratamento, valorização ou eliminação;

**Autoridade marítima** – os órgãos locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima;

**Autoridade portuária** – Administração dos Portos de Sines e do Algarve;

**Eliminação** – as operações que visem dar um destino final adequado aos resíduos.

**Embarcação de pesca** – embarcação equipada ou utilizada comercialmente para a captura de peixe ou outros recursos vivos do mar;

**Embarcação de recreio** – embarcação de qualquer tipo, independentemente do meio de propulsão, utilizada para fins desportivos ou recreativos;

**Eliminação** – as operações que visem dar um destino final adequado aos resíduos.

**Gestão de resíduos** – a recolha, o transporte, a valorização e a eliminação de resíduos, incluindo a supervisão destas operações, a manutenção dos locais de eliminação no pós-encerramento, bem como as medidas adotadas na qualidade de comerciante ou corretor;

**MARPOL 73/78** – a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, de 1973, alterada pelo Protocolo de 1978;

**Hidrocarbonetos** – o petróleo sob qualquer forma, incluindo petróleo bruto, fuelóleo, lamas, resíduos e produtos refinados, com exceção dos produtos petroquímicos;

**Meios portuários de receção** - as estruturas fixas, flutuantes ou móveis, aptas a receber resíduos gerados em navios ou resíduos de carga;

**Navio** – uma embarcação que opere no meio marinho, incluindo as embarcações de sustentação dinâmica, veículo de sustentação por ar, submersíveis e estruturas flutuantes;

**Outro tipo de resíduos** – os resíduos não considerados como industriais, urbanos ou hospitalares;

**Recolha** – ato de receber, em depósito transitório, os resíduos gerados na área portuária, resultantes da normal movimentação de mercadorias, ou os gerados em navios, os quais serão enviados para destino final adequado;

**Resíduos** – quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer, em conformidade com a Lista Europeia de Resíduos;

**Resíduos associados à carga** – quaisquer materiais utilizados para acondicionamento e movimentação da carga, tais como papel, cartão, madeiras, materiais de embalagem, precintas de aço, etc.;

**Resíduos de carga** – os restos das matérias transportadas como carga em porões ou em tanques de carga inerentes às operações de carga/descarga e operações de limpeza, incluindo excedentes de carga ou descarga e derrames;

**Resíduos gerados em navios** – todos os resíduos, incluindo as águas sanitárias, e os resíduos que não sejam resíduos de carga, produzidos no serviço do navio e abrangidos



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

pelos anexos I, IV e V da MARPOL 73/78, bem como os resíduos associados à carga, conforme definido nas diretrizes para a aplicação do anexo V da MARPOL 73/78;

**Resíduos operacionais** – os resíduos gerados em navios, excluindo os resíduos de hidrocarbonetos e as águas sanitárias, e ainda os resíduos não perigosos de carga ou associados à carga;

**Resíduos perigosos** – os resíduos que apresentem, pelo menos uma característica de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os identificados como tal na Lista Europeia de Resíduos;

**Resíduos urbanos** – os resíduos indiferenciados gerados na atividade normal do navio e do porto, no qual se incluem restos de comida;

**Transporte** – a operação de transferir os resíduos para o exterior das instalações portuárias;

**Tratamento** – qualquer operação de eliminação ou valorização de resíduos, incluindo a preparação prévia a estas operações;

**Triagem** - o ato de separação de resíduos mediante processos manuais ou mecânicos, sem alteração das suas características, com vista ao seu tratamento;

**Valorização** – qualquer operação, nomeadamente as constantes de legislação em vigor relativa à gestão de resíduos, cujo resultado principal seja a transformação dos resíduos de modo a servirem um fim útil, substituindo outros materiais que, caso contrário, teriam sido utilizados para um fim específico ou a preparação dos resíduos para esse fim na instalação ou conjunto da economia;

**Subprodutos de Categoria 1** - Resíduos de restos de cozinha e de mesa provenientes de meios de transporte internacionais.

## 2.2 Siglas e abreviaturas

**APS, S.A.** – Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A.

**AP** – Autoridade Portuária

**AM** – Autoridade Marítima

**DGRM** – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

**PPRGR** – Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos

**RGRU** – Regulamento de Gestão de Resíduos e Utilidades

## 2.3 Legislação aplicável

Diploma e sumário
<b>Decreto do Governo nº 25/87 de 10 de Julho</b> Aprova para adesão o Protocolo de 1978 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 73/78)
<b>Decreto n.º 48/90 de 07 de Novembro</b> Aprova para adesão as emendas de 1984 introduzidas ao anexo ao Protocolo da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 73).
<b>Decreto n.º 50/91 de 17 de Agosto</b>

APS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.

O presente documento é propriedade da APS, que mantém a sua reserva nos termos da lei.



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

## Diploma e sumário

Aprova, para adesão, as emendas que alteram a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, modificada por Protocolo de 1978.

### **Decreto n.º 18/93 de 19 de Maio**

Aprova, para adesão, as Emendas ao Anexo II da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, alterada pelo Protocolo de 1978.

### **RCM nº 25/93 de 15 de abril**

Plano de emergência para o combate à poluição das águas marinhas, portos, estuários e trechos navegáveis dos rios, por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas (Plano Mar Limpo).

### **Despacho n.º 242/96, de 5 de Julho**

Determina que os resíduos hospitalares são objeto de tratamento apropriado, diferenciado consoante os grupos em que estão classificados.

### **Portaria nº 335/97, de 16 de Maio**

Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional.

### **Resolução A.868(20)-IMO, de 27 de novembro de 1997**

Define as diretrizes para o controlo e gestão da água de lastro dos navios, para minimizar a transferência de organismos aquáticos nocivos e agentes patogénicos.

**Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro alterado pelo DL nº 162/2000, de 27 de Julho, pelo DL nº 92/2006, de 25 de Maio, que transpõem para o direito interno, as Diretivas 94/62/CE e 2004/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, DL 178/2006, de 05 de setembro, alterado e republicado pelo DL n.º 73/2011, de 17 de junho, e DL nº 110/2013, de 02 de agosto**

Estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens.

### **Decreto nº 19/98 de 10 de Julho, alterado pelo Decreto n.º 20/2000 de 11 de Agosto**

Aprova, para adesão, as emendas ao anexo I do Protocolo de 1978 da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973 (MARPOL 73/78), adotadas pelo Resolução MEPC 52 (32).

### **Decreto nº 20/98 de 10 de Julho**

Aprova, para adesão, as emendas de 1992, adotadas pela Resolução MEPC 51 (32) da Organização Marítima Internacional, ao anexo I do Protocolo de 1978, da Convenção da Poluição por Navios, 1973.

### **Decreto nº 22/98 de 10 de Julho**

Aprova para adesão as emendas de 17 de Março de 1989, adotadas pela Resolução MEPC 34 (27) ao anexo II do Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973.

### **Decreto nº 23/98 de 10 de Julho**

Aprova, para adesão, as emendas de 4 de Julho de 1991, adotadas pela Resolução MEPC 47 (31) da Organização Marítima Internacional, ao anexo I do Protocolo de 1978, relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da PRGR – Plano de Receção e Gestão de Resíduos – APA, S.A. – Versão 3 5/26 Fevereiro de 2009 Diploma Legal Data Âmbito Poluição por Navios de 1973.

### **Decreto-Lei nº 565/1999, de 21 de dezembro retificado por declaração nº 4E/2000, de 31 de janeiro de 2001**

Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna.

### **Decreto-Lei nº 49/2002 de 2 de Março**

Estabelece o regime das contraordenações por violação das normas constantes dos regulamentos de exploração e de funcionamento dos portos, a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias.



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

## Diploma e sumário

**Decreto-Lei nº 165/2003 de 24 de Junho, alterado pelos Decreto-Lei nº 197/2004, de 17 de Agosto de 2004 e Decreto-Lei nº 57/2009, de 3 de Março de 3 de março**

Transpõe a Diretiva nº 2000/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Novembro relativa aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos de carga.

**Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho alterado pelo DL 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo DL nº 73/2011, de 17 de junho**

Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos usados.

**Portaria nº 209/2004 de 2 de Março**

Aprova a Lista Europeia de Resíduos.

**Diretiva (CE) 2005/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de Setembro, alterada pela Diretiva 2009/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009**

Relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações.

**Decreto nº 6/2006 de 6 de Janeiro**

Aprova as emendas de 1 de Abril de 2004 ao Anexo IV ao Protocolo de 1978 da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973 (MARPOL 73/78), adotadas pela Resolução MEPC 47 (31) da Organização Marítima Internacional, relativo às regras para a prevenção da poluição por esgotos sanitários dos navios.

**Decreto nº 8/2006 de 10 de Janeiro**

Aprova a Convenção Internacional sobre a Prevenção, Atuação e Cooperação no Combate à Poluição por Hidrocarbonetos, 1990.

**Decreto nº 12/2006 de 16 de Março**

Aprova e publica o Protocolo Sobre a Prevenção, Atuação, e Cooperação no Combate à Poluição por Substâncias Nocivas e Potencialmente Perigosas.

**Decreto-Lei nº 178/2006 de 5 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho**

Estabelece o regime geral de gestão de resíduos, transpondo para a ordem interna a Diretiva 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril e a Diretiva nº 91/689/CEE, do Conselho de 12 de dezembro.

**Decreto n.º 1/2008 de 9 de Janeiro**

Aprova o Protocolo de 1997 relativo à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, 1973, modificada pelo Protocolo de 1978, MARPOL 73/78, relativo às regras para a prevenção da poluição atmosférica por navios, adotado em Londres, em 26 de Setembro de 1997. Adita o Anexo VI.

**Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro alterado pelo Decreto-Lei nº 266/2009 de 29 de Setembro**

Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores.

**Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de setembro**

Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares (OAU), corresponsabilizando todos os intervenientes no ciclo de vida dos óleos alimentares.

**Regulamento (CE) nº 1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009**

Define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos não destinados ao consumo humano e que revoga o Regulamento (CE) nº 1774/2002.

**Regulamento (UE) nº 142/2011, de 25 de fevereiro,**

Aplica o Regulamento (CE) nº 1069/2009 e a Diretiva 97/78/CE do Conselho, no que se refere a certas amostras e certos artigos isentos de controlos veterinários nas fronteiras ao abrigo da referida diretiva.





# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

## Diploma e sumário

### **Resolução MEPC.201(62). Anexo 13, MEPC 62/64**

Revê o anexo V da MARPOL adotado em 15 de julho de 2011.

### **Lei nº 56/2011, de 15 de Novembro**

Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de atividades perigosas para o ambiente, procede à 28.<sup>a</sup> alteração do Código Penal e transpõe a Diretiva n.º 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, e a Diretiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro.

### **Decreto-Lei nº 61/2012, de 14 de março**

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/16/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto.

### **Decreto-Lei nº 14/2014, de 20 março**

Estabelece o regime de gestão dos portos de Faro e Portimão integrando-os na Administração dos Portos de Sines e do Algarve.

### **Decreto-Lei nº 67/2014, de 07 de maio de 2014**

Aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012.

## 3 CARATERIZAÇÃO DO PORTO

### 3.1 Caracterização do porto comercial de Portimão

O Porto de Portimão localiza-se no sudoeste da Europa, sendo um porto natural secular entre o Atlântico e Mediterrâneo, inserido no rio Arade, imediatamente a Sul da cidade de Portimão, tendo como principais atividades as vertentes comercial e turística.

O Porto de Portimão é multidisciplinar, com diferentes áreas de intervenção, tais como cruzeiros, carga, ponto de apoio naval da Marinha Portuguesa, atividades marítimo-turísticas.

Possui cais e terminais para ambos os setores, com 330 metros de extensão. Está equipado com duas gruas elétricas de via, com capacidade até 12 toneladas, dispondo de caminho de rolamento. Existe ainda uma rampa Ro-Ro.

Os navios de cruzeiro cujas dimensões não permitam a sua entrada ficam fundeados ao largo, sendo assegurado, o transporte dos turistas, por tenders até ao pontão flutuante do terminal de passageiros, de onde seguem para as visitas e excursões diárias.

- Informações sobre o cais

Nome do cais: Cais de comércio e turismo de Portimão

Comprimento do cais: 330 metros

Altura do cais acima do Z.H.: 5,3 metros

Máximo comprimento fora-a-fora: 200 metros

Calado máximo: 8,0 metros ( navios com dimensões superiores serão analisados caso a caso)

Infraestruturas Roll-On / Roll-Off: um terminal disponível

---

Gruas: 1 x 6 ton SWL e 1 x 12 ton SWL

O porto de Portimão disponibiliza água, eletricidade, combustível, recolha de resíduos e de águas residuais.

### **3.2 Caracterização do porto comercial de Faro**

O Porto Comercial de Faro localiza-se a sudeste da cidade de Faro, em plena Ria Formosa, tendo como principais estruturas e áreas de serviço o cais comercial, com cerca de 200 metros de comprimento, o terminal de combustíveis líquidos (inativo), uma zona de armazenagem coberta com 3.500 m<sup>2</sup>, edifícios de apoio da Autoridade Portuária e rampa varadouro.

O Porto é servido por um ramal ferroviário, atualmente desativado, estando equipado com três gruas elétricas de via, com capacidade até 12 toneladas, dispondo de caminho de rolamento.

Os principais movimentos do porto de Faro são a importação de sal, exportação de salgema, alfarroba e exportação de cimento da Cimpor-Loulé para o norte de África e ilhas de Cabo Verde.

- Informações sobre os cais

Nome do cais: Cais comercial de Faro

Comprimento do cais: 200 metros

Altura do cais acima do Z.H.: 5,0 metros

Máximo comprimento fora-a-fora: 110 metros (mais de 110 m, análise caso a caso)

Calado máximo: 6,4 metros

Gruas: 2 x 6 ton SWL e 1 x 12 ton SWL

Nome do cais: Terminal de combustíveis de Faro (ponte-cais)

Altura do cais acima do Z.H.: 5,0 metros

Distância entre Duques d'Alba: 37 metros

Máximo comprimento fora-a-fora: 100 metros (mais de 100 m, análise caso a caso)

Calado máximo: 6,4 metros

O porto de Faro disponibiliza água, eletricidade, combustível, recolha de resíduos e de águas residuais.

### **3.3 Dados estatísticos portuários**

A informação relativa ao tipo e quantidade de resíduos gerados a bordo dos navios e desembarcados no porto foi analisada, periodicamente, para avaliar a adequabilidade das instalações para receção e garantir que o tipo e a capacidade de receção disponíveis

correspondem às necessidades dos navios que demandam, normalmente, os portos. No entanto, não existem dados estatísticos coerentes anteriores a 2014, uma vez que área comercial dos portos comerciais de Faro e Portimão apenas foi integrada na APS em 2014 e as restantes áreas destes portos terem transitado para outras entidades.

Nos Quadros 1 e 2 é apresentada uma síntese dos elementos portuários considerados relevantes para a recolha de resíduos para a análise do processo de gestão de resíduos nos portos comerciais de Faro e Portimão, triénio 2011-2013.

**Quadro 1** – Dados estatísticos do movimento do porto comercial de Portimão

Anos	Navios de Carga		Navios de Cruzeiro	
	Navios (n.º)	Mercadorias (ton)	Navios (n.º)	Passageiros (n.º)
<b>2011</b>	53	40 164	60	46 263
<b>2012</b>	4	1 072	36	18 507
<b>2013</b>	0	0	42	20 141

**Quadro 2** – Dados estatísticos do movimento do porto comercial de Faro

Anos	Movimento do Porto de Faro (escalas)			
	Total Navios (n.º)	Outros navios (n.º)	Navios de carga (n.º)	Mercadorias (ton)
2011	23	0	23	62 396
2012	67	0	67	278 610
2013	71	0	71	368 004

## **4 RECEÇÃO DE RESÍDUOS**

### **4.1 Descargas obrigatórias**

Os navios que acostam nos portos devem descarregar todos os resíduos que transportam a bordo. O navio pode não o fazer se o Comandante provar que tem capacidade de armazenagem suficiente dos resíduos até ao próximo porto.

O navio poderá, ainda, requerer, nos termos da legislação aplicável, a isenção de notificação e de entrega de resíduos no porto que será objeto de análise e despacho em conformidade.

### **4.2 Meios portuários de receção de resíduos**

#### **4.2.1 Descrição dos meios portuários de receção de resíduos**

Nos portos comerciais de Faro e Portimão os serviços de recolha de resíduos são assegurados por operadores de resíduos autorizados. Quantidades de resíduos inferiores a 1100 L/dia/produtor podem ser usados os meios disponíveis para receção dos resíduos provenientes das atividades administrativas e de manutenção portuárias, nomeadamente



## PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

contentores de 800 litros para deposição de resíduos sólidos indiferenciados, ecopontos para papel e cartão, embalagens de plástico e metal e vidro, óleos, contentores para baterias e outros acumuladores fora de uso, embalagens contaminadas e filtros de óleo.

**Quadro 3** – Meios de receção de resíduos provenientes das atividades administrativas e de manutenção dos portos comerciais de Faro e Portimão

PORTOS COMERCIAIS	Contentores RSU (800 L)	Ecopontos (vidro, papel e embalagem)	Oleão	Embalagens contaminadas 1.000 L	Filtros óleo, panos impregnados 60 L	Contentor baterias
Portimão	2	1	0	1	1	1
Faro	6	1	1	1	1	1

A recolha de resíduos nos cais comerciais é feita através de equipamento móvel terrestre, que se desloca ao local de atracação do navio, sempre que seja feito um pedido de descarga pelo agente e autorizado pela APS, SA.

Para responder às necessidades dos navios, são solicitados os serviços de operadores licenciados que disponibilizam contentores até 30 m<sup>3</sup> para receção de resíduos do anexo V da MARPOL e camiões-cisterna para recolha de resíduos dos anexos I e IV da MARPOL, assegurando a sua recolha e encaminhamento para destino final e/ou valorização.

### 4.2.2 Localização dos meios portuários de receção correspondentes a cada cais por meio de diagramas

Os meios portuários de receção de resíduos disponibilizados, designadamente, contentores de 800 litros para deposição de resíduos sólidos indiferenciados, ecopontos para papel e cartão, embalagens de plástico e metal e vidro, óleos, contentores para baterias e outros acumuladores fora de uso, embalagens contaminadas e filtros de óleo contentores para baterias e outros acumuladores fora de uso, embalagens contaminadas e filtros de óleo, para a receção dos resíduos, localizam-se nos cais dos portos comerciais de Faro e Portimão, anexo B.

A recolha de resíduos, assegurada pelos operadores de resíduos autorizados nos cais comerciais, é feita através de equipamento móvel terrestre, que se desloca ao local de atracação do navio, sempre que seja feito um pedido de descarga pelo agente e autorizado pela APS, SA.

### 4.3 Tipologia de resíduos

Os resíduos gerados em navios e resíduos de carga, recebidos no porto, pelos navios que normalmente demandam o porto e considerando os anexos MARPOL são:

#### 4.3.1 Resíduos do anexo I (MARPOL)

A receção de resíduos do anexo I da MARPOL é efetuada por meios móveis terrestres, sendo as águas oleosas descarregadas através de mangueira para camião-cisterna, cumprindo as regras estipuladas nos regulamentos da MARPOL, utilizando em condições normais os meios de bombagem próprios do navio.

As lamas oleosas poderão ser descarregadas em bidões de 200 L.

#### **4.3.2 Resíduos do anexo IV (MARPOL)**

A recolha das águas sanitárias é assegurada por meios móveis terrestres (camiões-cisterna).

#### **4.3.3 Resíduos do anexo V (MARPOL)**

Os resíduos produzidos pelos navios são recolhidos, em sacos fechados através de meios móveis terrestres, que se deslocam ao local de atracação do navio, sempre que seja feito um pedido de descarga pelo agente e autorizado pela APS e transportados para eliminação.

Os resíduos q são rececionados nos portos comerciais de Faro e Portimão são essencialmente das seguintes tipologias:

- Restos de alimentos
- Plásticos
- Outros (madeiras, papel e cartão, vidros, monstros, EEE's)

Relativamente à subcategoria constituída por “restos de alimentos”, é dado cumprimento aos requisitos do Regulamento (CE) nº 1069/2009 de 21 de outubro, referente ao destino dos resíduos de alimentos provenientes de transportes internacionais.

Os resíduos recolhidos são classificados de acordo com a Lista Europeia de Resíduos, constante da Portaria nº 209/2004, de 15 de março. A lista dos resíduos mais frequentes consta do quadro seguinte.

**Quadro 4 – Códigos LER dos resíduos, normalmente, descarregados pelos navios**

Código LER	Descrição	Resíduos de navios
10 01 01	Cinzas, escórias e poeiras de caldeiras (excluindo as poeiras de caldeiras da combustão de hidrocarbonetos)	Cinzas e escórias de caldeiras
13 02 08*	Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	Óleos motores
15 01 10*	Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas	Embalagens contaminadas
15 02 02*	Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas.	Absorventes, panos e vestuário contaminados
16 01 07*	Filtros de óleo	Filtros de óleo de máquinas e motores
16 01 17	Metais ferrosos.	Metais ferrosos
16 04 03*	Outros resíduos de explosivos.	Material pirotécnico e foguetes de sinalização
16 07 08*	Resíduos contendo hidrocarbonetos	Resíduos sólidos e líquidos contendo hidrocarbonetos
18 01 03*	Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções.	Resíduos tipo hospitalares
20 01 01	Papel e cartão	Papel e cartão não contaminadas
20 01 02	Vidro	Vidro não contaminado
20 01 21*	Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	Lâmpadas dentro do sistema de gestão de REEE
20 01 33*	Pilhas e acumuladores	Pilhas e baterias



## PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

Código LER	Descrição	Resíduos de navios
20 01 36	Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso	Equipamentos elétricos e eletrónicos
20 01 38	Madeira (não contendo substâncias perigosas)	Madeira não contaminada
20 01 39	Plásticos	Plástico não contaminado
20 03 01	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos.	Resíduos urbanos e equiparados
20 03 07	Monstros	Monstros

### 4.4 Receção e recolha de resíduos gerados em navios e dos resíduos de carga

Os procedimentos para a receção e recolha de resíduos gerados a bordo dos navios e dos resíduos de carga que demandam os portos comerciais de Faro e Portimão são efetuados através da plataforma eletrónica onde se introduzem todos os dados referentes à atividade portuária, denominada a Janela Única Portuária (JUP), disponível via internet às entidades que possuem um papel preponderante nas atividades portuárias.

As formalidades para a receção e recolha de resíduos iniciam-se com a notificação à autoridade portuária, da informação que consta do anexo A, que é efetuada pelo comandante do navio com destino aos portos comerciais de Faro e Portimão ou seu representante, com exceção das embarcações de pesca e as embarcações de recreio com lotação máxima autorizada para 12 passageiros, que devem preencher com veracidade e exatidão, através do seu representante (agente), pelos meios estabelecidos, a aplicação informática JUP – Janela Única Portuária, a declaração de resíduos, prestando, também, informação sobre:

1. Nome do navio, indicativo de chamada, número de identificação IMO, se for caso disso;
2. Estado do pavilhão;
3. Hora estimada de chegada (ETA);
4. Hora estimada de partida (ETD);
5. Porto de escala anterior;
6. Próximo porto de escala;
7. Último porto e data em que foram entregues os resíduos gerados no navio;
8. Pretende entregar em meios portuários de receção, dos resíduos que tem a bordo: a totalidade, uma parte ou nenhuns.
9. Tipo e quantidade dos resíduos a entregar e/ou a conservar a bordo e percentagem da capacidade máxima de armazenamento.

Esta informação deve ser efetuada com a antecedência de 24h relativamente à chegada do navio aos portos comerciais de Faro e Portimão, ou imediatamente após o conhecimento do porto de escala, se o comandante do navio apenas obtiver essa informação nas 24h que antecederem a chegada ao porto, ou o mais tardar à partida do porto, se a viagem for inferior a 24h.



## PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

A requisição do serviço de recolha de resíduos é gerada sempre que na declaração de resíduos existam resíduos para entregar, ou seja, a quantidade dos resíduos a entregar for diferente de zero.

É responsabilidade do agente preencher a informação referente ao operador pretendido para efetuar o serviço de recolha de resíduos, a data/hora de recolha e o local desta. Apenas podem ser selecionados operadores que constem da lista autorizada pela APS.

O agente de navegação deve então aceder ao documento "Requisição de recolha de resíduos" e indicar a data e a hora pretendidas. Esta requisição é consultada pela autoridade portuária que contacta com o operador/entidade responsável pela recolha de resíduos, ajustando com o agente de navegação ou com o comandante do navio, o horário de recolha dos resíduos.

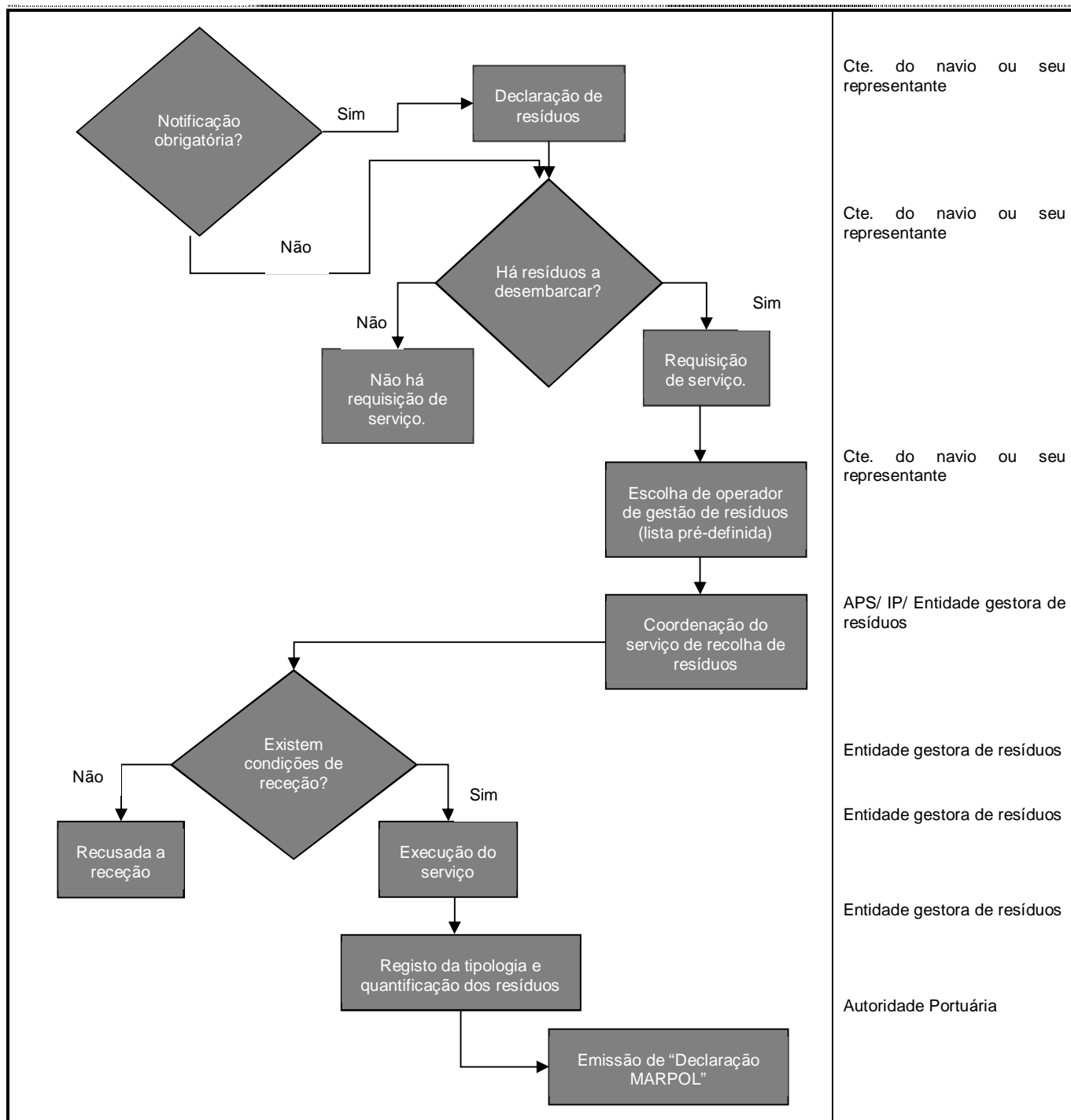
Depois de executado o serviço de recolha de resíduos será preenchido a execução do serviço referindo a quantidade e tipo de resíduos recolhidos.

Quando solicitado, a AP emitirá "Certificado MARPOL", gerado pela JUP, referindo as quantidades de resíduos efetivamente descarregadas.

O registo da utilização dos meios portuários de receção é efetuado através de aplicação informática quando o navio, ou o seu representante, preenche a declaração de resíduos e esta origina a requisição do serviço de recolha de resíduos.

**Quadro 5 – Fluxograma de receção e recolha dos resíduos gerados em navios e dos resíduos de carga**

FLUXOGRAMA	RESPONSÁVEL
------------	-------------



A recolha de resíduos gerados nas áreas portuárias, nos navios surtos nos portos e dos resíduos de carga, é efetuada de acordo com a sua tipologia, e conforme descrito no Regulamento de Gestão de Resíduos dos Portos Comerciais de Faro e Portimão. É obrigatória a utilização dos equipamentos específicos para a deposição dos resíduos. Caso, os resíduos não estejam corretamente depositados nos equipamentos e/ou locais destinados ao efeito, a APS, procederá à recolha dos mesmos e cobrará uma verba adicional, para além de outras sanções em que o infrator possa incorrer.

O transporte, acondicionamento e destino final dos resíduos são efetuados de acordo com o descrito no Regulamento de Gestão Integrada de Resíduos dos Portos Comerciais de Faro e Portimão.



No quadro abaixo indicam-se os tipos de resíduos que são, ou poderão vir a ser, recolhidos nos portos comerciais de Faro e Portimão, bem como os métodos de recolha e destino final.

**Quadro 6 - Tipos de resíduos gerados e procedimentos de receção, recolha e destino final**

<b>TIPO DE RESÍDUOS</b>	<b>PROCEDIMENTOS DE RECOLHA E DESTINO FINAL</b>
<b>MARPOL – anexo I</b> <b>Hidrocarbonetos</b> <p>Todo o tipo de resíduos oleosos ou resultantes do transporte de hidrocarbonetos, tais como óleos usados, lamas e águas oleosas (águas de lastro e águas de lavagem de tanques)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Será efetuada por camião-cisterna ou, para quantidades inferiores a 1 metro cúbico, em contentor/bidon, e transportado para operador de gestão de resíduos autorizado.</li> <li>• Misturas contendo químicos devem ser declaradas de acordo com as convenções em vigor e estão sujeitas a amostra prévia <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Os resíduos serão recebidos por instalação autorizada para armazenagem, valorização e/ou eliminação</li> </ul> </li> </ul>
<b>MARPOL – anexo IV</b> <b>Águas Sanitárias</b> <p>Inclui águas residuais de navios coletadas das instalações sanitárias, das instalações de cuidados médicos, de espaços contendo animais e outras águas quando misturadas com as atrás referidas (águas negras e águas cinzentas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Este serviço é prestado através de requisição de operadores externos, sendo e efetuado por camião-cisterna <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ As águas sanitárias serão encaminhadas para o respetivo sistema municipal de saneamento</li> </ul> </li> </ul>
<b>MARPOL – anexo V</b> <p>Resíduos operacionais resultantes da normal atividade portuária e resíduos da carga, nomeadamente:</p> <p>a) Resíduos sólidos domésticos;</p> <p>b) Frações recolhidas seletivamente (plásticos e embalagens metálicas, papel e cartão, vidro, pilhas e acumuladores, tinteiros e toners);</p> <p>c) Resíduos de carga e associados à carga, não perigosos, destinados a eliminação;</p> <p>d) Resíduos operacionais, não perigosos, destinados a valorização;</p> <p>e) Outros resíduos operacionais, incluindo resíduos de manutenção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Este serviço é prestado através de requisição de operadores externos certificados para a recolha e encaminhamento para aterro sanitário ou valorização</li> <li>• A recolha de outros resíduos operacionais será analisada, caso a caso, em função das características e dimensões dos resíduos</li> </ul>

Os procedimentos de recolha, transporte e encaminhamento dos resíduos constam do Regulamento de Gestão de Resíduos dos Portos Comerciais de Faro e Portimão.

Pode ser recusada a receção de resíduos ou o depósito transitório de resíduos, mesmo que esse desembarque seja pretensão dos navios surtos no porto ou derivados de atos de arribada por avarias, desde que não sejam gerados pelos navios.

As operações de tratamento decorrem em instalações adequadas e com recurso a tecnologias e métodos apropriadas, de eliminação e valorização, para assegurar um nível de proteção do ambiente e saúde pública.

**Quadro 7 – Operações de eliminação/ valorização de resíduos**

<b>CÓDIGO LER</b>	<b>DESTINO <sup>(1)</sup></b>
18 01 03* 20 03 07	D15 – Armazenagem enquanto se aguarda a execução das operações enumeradas de D1 a D14.
15 01 10*	R4 — Reciclagem/recuperação de metais e de

	ligas
13 02 08*	R9 – Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do anexo III da P 209/2004, de 03.03 que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12;
16 01 07* 16 01 17 20 01 01 20 01 02 20 01 21* 20 01 33* 20 01 36 20 01 39	R13 — Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada).
20 01 38 20 03 01	D1 – Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc).
15 01 02	D15 – Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14.
10 01 01 15 02 02* 16 07 08* 18 01 03*	D9 — Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente anexo que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12 (por exemplo, evaporação, secagem, calcinação, etc.).

<sup>(1)</sup> De acordo com DL 209/2004

A AP e/ ou Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, podem inspecionar os navios que escalem ou operem no porto para se assegurarem do cumprimento das normas do DL 165/2003 e demais legislação relacionada.

#### **4.5 Comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de receção**

As embarcações ou navios que considerem ter existido insuficiência nos meios portuários de receção ou que estes lhes causaram atrasos indevidos, deverão relatar o facto, diretamente ou através do seu representante no porto através de formulário para comunicação de alegadas insuficiências dos meios portuários de receção, em anexo C. Em alternativa pode ser apresentado anexo da IMO, MEPC.1/Circ. 469/Rev. 2).

A Autoridade Portuária recebe a reclamação e adota, se necessário, as medidas adequadas de modo a suprir as insuficiências e/ou os atrasos verificados, dando conhecimento ao reclamante do resultado daquela.

A Autoridade Portuária informa a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos das reclamações.

Os prejuízos causados por atrasos indevidos na entrega ou na receção de resíduos gerados em navios ou resíduos de carga são indemnizáveis.

**Quadro 8 – Reclamações**

N <sup>a</sup> RECLAMAÇÕES RELATIVAS A ALEGADAS INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEÇÃO DE RESÍDUOS	
2011	0
2012	0
2013	0



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

## 4.6 Responsáveis pela aplicação do plano

Quadro 9– Contactos

ÂMBITO	RESPONSÁVEL	EMAIL	TELEFONE	FAX
PPRGR – Autoridade Portuária	Administração dos Portos de Sines e do Algarve	ambiente.algarve.pt	269 860 659	269 860 694

## 4.7 Taxas

As taxas respeitantes aos serviços prestados no âmbito da gestão de resíduos no porto de Sines nos portos comerciais de Faro e Portimão são as previstas no tarifário que estiver em vigor aquando da prestação do mesmo, calculadas em conformidade com o DL nº165/2003.

## 4.8 Inspeção e controlo

Os navios podem ser inspecionados pela APS, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 165/2003 e demais legislação complementar.

## 4.9 Troca de informações entre portos

Quando haja provas suficientes de que um navio iniciou viagem sem entregue os resíduos gerados no navio ou os resíduos de carga, e não dispõe de capacidade de armazenamento suficiente para todos os resíduos gerados que se acumularam e que se acumulem durante a viagem projetada até ao porto seguinte, será tal facto comunicado ao porto de escala seguinte.

A APS ao receber comunicação de outro porto, em particular um porto nacional, aciona os procedimentos de inspeção e controlo.

A comunicação com outros portos far-se-á preferencialmente através de correio eletrónico.

## 5 **ANEXO A - INFORMAÇÃO A NOTIFICAR ANTES DA ENTRADA NOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO.**

### Declaração de resíduos

- 1 Nome, indicativo de chamada e, se for caso disso, número de identificação IMO do navio.
- 2 Estado do pavilhão.
- 3 Hora estimada de chegada.
- 4 Hora estimada de partida (ETD).
- 5 Porto de escala anterior.
- 6 Próximo porto de escala.
- 7 Último porto e data em que foram entregues os resíduos gerados no navio.
- 8 Pretende entregar em meios portuários de receção,

a totalidade

Uma parte

Nenhuns

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

\*dos resíduos que tem a bordo?

- 9 Tipo e quantidade dos resíduos a entregar e/ou a conservar a bordo e percentagem da capacidade máxima de armazenamento:

Se pretende entregar a totalidade dos resíduos, preencha a segunda coluna conforme for adequado.

Se pretende entregar uma parte dos resíduos ou se não pretende entregar quaisquer resíduos, preencha todas as colunas.

Tipo	Resíduos a entregar m <sup>3</sup>	Capacidade máxima de armazenamento m <sup>3</sup>	Quantidade de resíduos que permanecem a bordo m <sup>3</sup>	Porto em que serão entregues os resíduos que permanecem a bordo	Estimativa da quantidade de resíduos que será produzida entre a presente notificação e o próximo porto de escala m <sup>3</sup>
<b>1. Resíduos de hidrocarbonetos</b>					
Lamas					
Águas de porão					
Outros (a especificar)					
<b>2. Lixo</b>					
Resíduos de alimentos					



# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

Tipo	Resíduos a entregar m <sup>3</sup>	Capacidade máxima de armazenamento m <sup>3</sup>	Quantidade de resíduos que permanecem a bordo m <sup>3</sup>	Porto em que serão entregues os resíduos que permanecem a bordo	Estimativa da quantidade de resíduos que será produzida entre a presente notificação e o próximo porto de escala m <sup>3</sup>
Plásticos					
Outros					
3. Resíduos associados <sup>(1)</sup> (a especificar)					
4. Resíduos de carga <sup>(1)</sup> (a especificar)					

<sup>(1)</sup> Aceitam-se estimativas

\* Assinalar a casa apropriada

Notas:

1. Esta informação pode ser usada para efeitos de inspeção pelo Estado do porto e outras inspeções.
2. O presente formulário deve ser preenchido, a não ser que o navio esteja dispensado ao abrigo do artigo 10º.

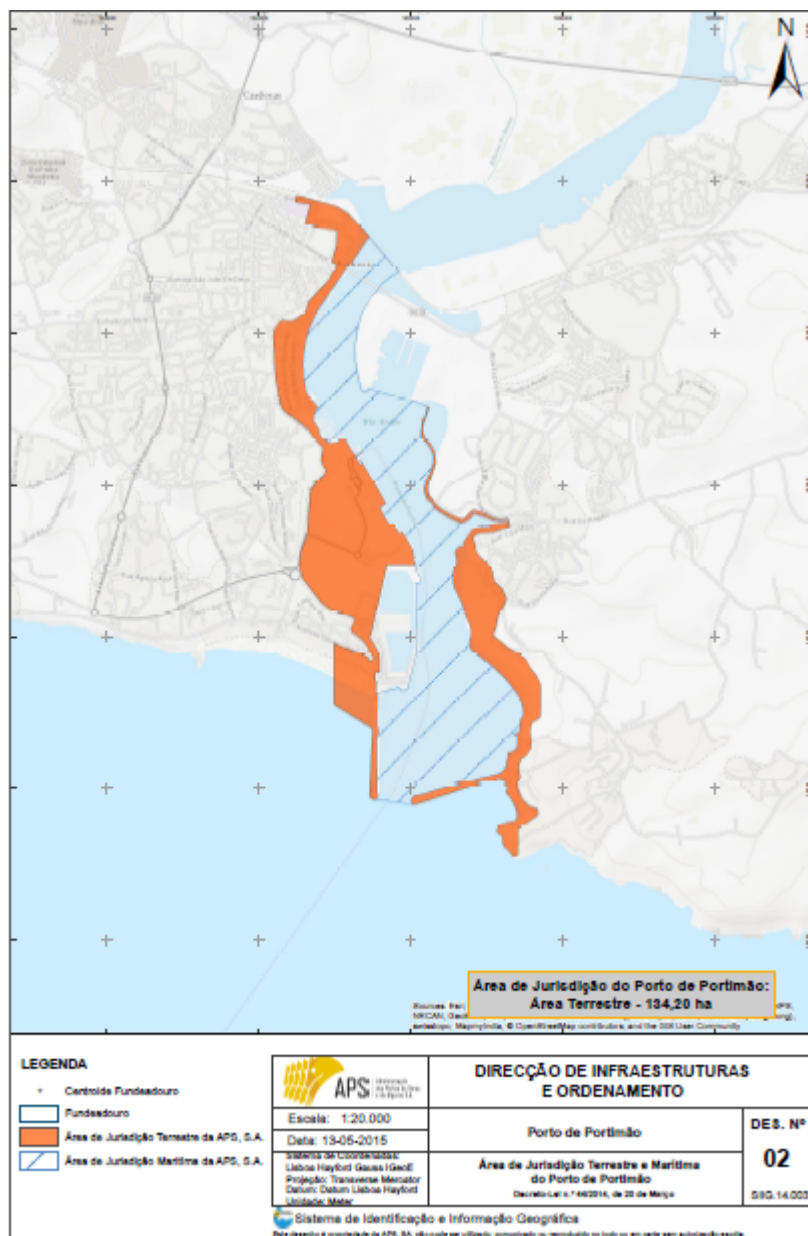
Confirmo que as informações fornecidas são exatas e corretas e que existe a bordo capacidade suficiente para armazenar todos os resíduos produzidos entre a presente notificação e o próximo porto em que serão entregues resíduos.

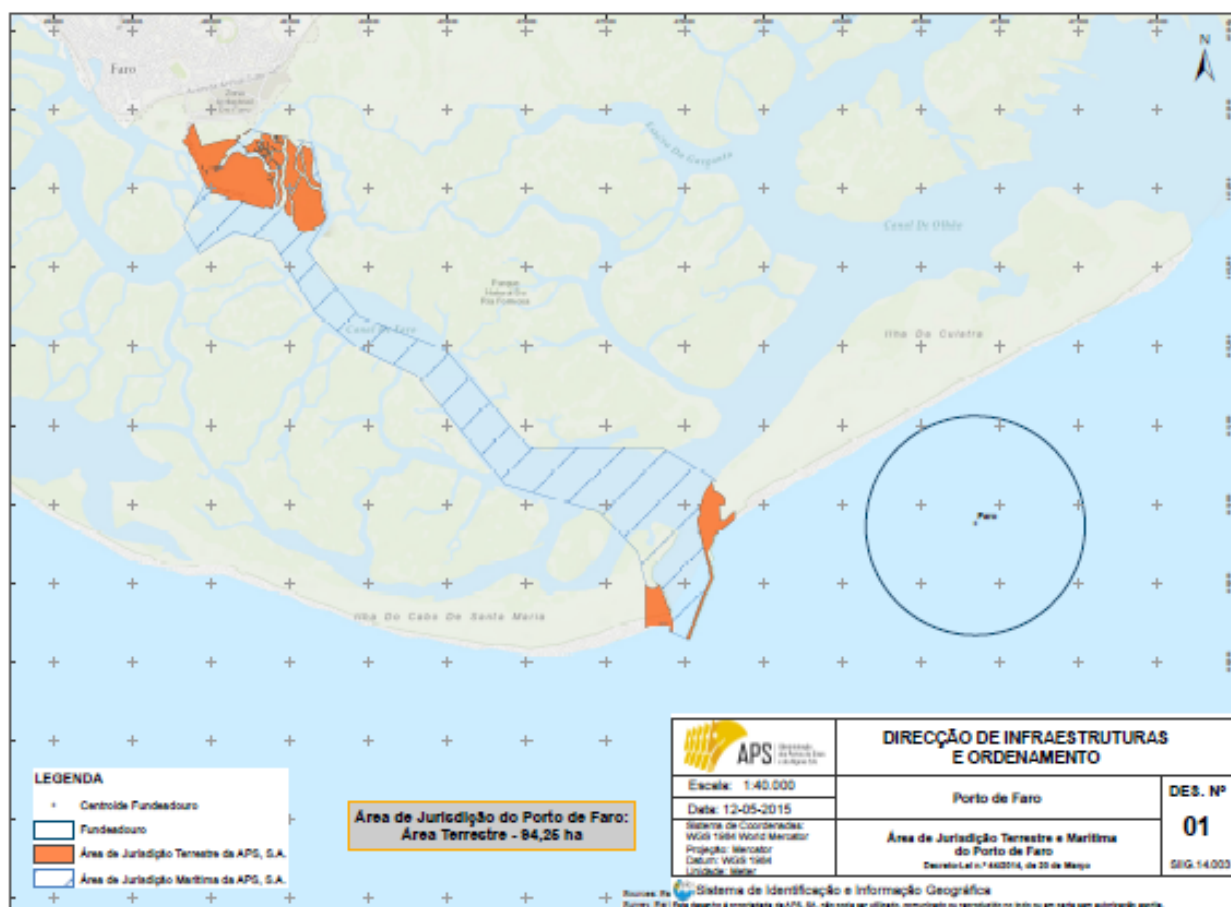
Data

Hora

Assinatura

## 6 ANEXO B - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEÇÃO







# PLANO PORTUÁRIO DE RECEÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DOS PORTOS COMERCIAIS DE FARO E PORTIMÃO 2014-2016

PP10R0

USO INTERNO

Revisão 0

Edição 1

## 7 **ANEXO C** - FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE ALEGADAS INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEÇÃO



### COMUNICAÇÃO DE ALEGADAS INSUFICIÊNCIAS DOS MEIOS PORTUÁRIOS DE RECEÇÃO DE RESÍDUOS

INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PORTO			
Nome do porto:	Sines		
País:	Portugal		
Nome do terminal/posto:			
Tipo de operação:	Carga		Descarga
	Outra (especificar):		
Data de chegada:			
Data do incidente:			
Data de partida:			

INFORMAÇÕES RELATIVAS NAVIO			
Nome:			
Indicativo de chamada:			
N. IMO:			
Indicativo de chamada:			
Dono do navio ou operador:			
Tonelagem:			
Porto de registo:			
Estado da bandeira:			
Tipo de navio:	Navio tanque		Porta-contentores
	Graneleiro		Carga geral
	Outro (especificar):		

RESÍDUOS A ENTREGAR			Quantidade (m <sup>3</sup> )
Anexo I MARPOL - hidrocarbonetos	Lamas, slops, água oleosas		
	Outros (especificar):		
Anexo II MARPOL – Substâncias líquidas nocivas, transportadas a granel			
Anexo III MARPOL - Substâncias prejudiciais, transportadas em embalagem			
Anexo IV – Águas sanitárias			
Anexo V – Lixo	Resíduos urbanos		
	Frações recolhidas seletivamente (papel e cartão, embalagens, vidro, pilhas e acumuladores, tinteiros e toners)		
	Cinzas		
	Materiais filtrantes contaminados com hidrocarbonetos, filtros de óleo, outros		
	Resíduos de carga ou associados à carga		
	Resíduos operacionais		
Outro (especificar):			

INADEQUAÇÃO DOS MEIOS DE RECEÇÃO			
Meio de receção indisponível		Atraso na prestação do serviço	
Localização inapropriada		Taxa elevada pelo uso dos meios de receção	
Equipamentos auxiliares insuficientes		Navio teve que mudar de posto envolvendo custos/ atrasos	
Uso do meio tecnicamente impossível		Outros (especificar):	

Data

-----/-----/-----

Assinatura do Comandante